

COR, RACIALIZAÇÃO E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DE AFROBRASILEIROS NAS FILEIRAS DO ALTO OFICIALATO DA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL NO PÓS-ABOLIÇÃO (1908-1918)

MESTRANDO MOACIR SILVA DO NASCIMENTO¹
PROF. DR. EDGAR ÁVILA GANDRA²

¹UFPEl – moacir_jc@yahoo.com.br

²UFPEl – edgargandra@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o processo de ascensão da representação negra no alto oficialato da Marinha de Guerra Brasileira (MB). Para tanto, seleciona-se como fontes os Livros-Registros do *Gabinete de Identificação d'Armada* (GIA)¹, dos anos de 1908 a 1918, por meio de um atravessamento de dados desses com os dos *Almanach da Inspectoria de Marinha*², dos dois primeiros decênios do século XX, ambos documentos da MB.

Propõe-se compreender se no processo de ascensão dos grupos afrodescendentes inseridos no alto oficialato da MB, ocorreram aspectos segregacionistas, eugênicos e racistas, que teriam cerceado a população negra de, primeiro, ingressar no oficialato naval e, depois, de ascender aos mais altos postos da Armada, uma vez essa ser a atual situação que sugerem as fontes consultadas até o momento.

Nessa direção, e partir dessa proposição, questiona-se: Qual e como foi o processo de integração da representação negra no alto oficialato da MB? Qual era a visão da oficialidade a respeito dessa inserção social? Qual era origem social daqueles que compunham a oficialidade naval, desde a sua criação ainda no Império Luso-Brasileiro? Como o imaginário aristocrático característico desse quadro, perpetrado no período Republicano, entravava a participação dos negros no quadro de oficiais da Marinha? Como se dava a relação ambígua do negro na carreira de oficiais?

2. METODOLOGIA

Após uma análise prévia e preliminar dos Livros de Registros do *Gabinete de Identificação d'Armada* e dos *Almanach da Inspectoria de Marinha*, com o propósito de realizar um atravessamento de dados desses documentos, opta-se por utilizar o método de Análise de Conteúdo conceituado por Roque Moraes (MORAES, 2007) e Laurence Bardin (BARDIN, 1977), devido seu rigor metodológico e sua possibilidade de produzir sentidos e significados de forma multifacetados. Nesse sentido, aplica-se o método para estabelecer unidades que posteriormente configurarão em categorias, por exemplo, como aquelas relacionadas às unidades semânticas de classificação de cor que revelam o sistema classificatório da época. A partir dessas categorias, empreende-se um

¹ O *Gabinete de Identificação D'Armada* (GIA), que tomou forma com a promulgação do Aviso Ministerial nº 312, de 21 de janeiro de 1908, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como finalidade a identificação do pessoal que se destinava ao Serviço da Marinha de Guerra.

² Os *Almanach da Inspectoria de Marinha* são documentos (boletins) que contêm dados específicos sobre todas as promoções na carreira dos militares da MB, desde o seu ingresso até a passagem para a reserva.

cruzamento desses dados com os dos Almanques para descobrir até que grau hierárquico chegaram aqueles militares não-brancos. Então, será possível detectar o possível cerceamento da representação negra, dentro das possibilidades de ascensão nos altos postos do oficialato naval.

Assim, direciona-se a reflexão ancorada na percepção de Stuart Hall (HALL, 1992) sobre o conceito de raças quando defende como uma “categoria discursiva” que “diferencia socialmente um grupo do outro”; primeiro, para externar-se que raça é uma categoria de concepção ideológica e não científica. Em um segundo momento, destacar-se que tais discursos ideológico-raciais – por mais que não tenham uma fundamentação biológica – desempenham um papel relevante na construção de uma nação e sua identidade nacional, uma vez que assumem noções culturais que articulam os quadros sociais da época.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca de respostas, ao menos parcialmente, para estas problemáticas, propõe-se uma análise desses documentos, a fim de mapear os casos de negros que ingressaram na carreira assinalada, observando até que graus hierárquicos chegaram. A intenção é realizar um trabalho prosopográfico desses possíveis oficiais negros, inferindo o padrão de classificação de raças como microcosmo de uma sociedade racista, senhorial e articuladora de um processo de branqueamento. Frente a isso, busca-se contribuir para uma releitura da História Social e Militar do período em apreço.

Com relação aos Livros-Registros, destaca-se que são fichas de identificação do GIA. Este Gabinete foi criado em 1908, com o objetivo de identificar soldados navais, marinheiros, oficiais e civis assemelhados. Assim, ao Gabinete de Identificação d'Armada competia:

[...] proceder a identificação de todos os indivíduos que se destinarem ao serviço da Marinha de guerra e fornecer [...] a individual datiloscópica e as demais informações necessárias dos desertores da Armada, a fim de serem requisitadas as capturas dos mesmos, devendo constar a identificação da filiação morfológica e exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos, marcas e sinais particulares, cicatrizes e tatuagens na vida ordinária e anomalias congênitas, acidentais ou adquiridas, e ainda as impressões das linhas papilares das extremidades digitais [...] Ao oficial encarregado do gabinete, incumbe [...] a manutenção de estreitas relações com o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal e com as repartições congêneres do interior [...]³

Segundo Sílvia Capanema P. de Almeida:

O Gabinete de Identificação da Marinha teve, no entanto, sua função ampliada para além do controle interno. A identificação iria servir também para o serviço de pensões e reservas, bem como para a constituição de documentos de identificação úteis na vida civil. Era comum que as fichas servissem para identificações posteriores, quando o ex-militar voltava ao serviço para fazer uma carteira de identidade ou antes de ter baixa ou se aposentar, anexando, muitas vezes, fotografias (ALMEIDA, 2010, p. 92).

³ Aviso 0853, 25 de fevereiro de 1908, anexo ao Relatório do Ministro da Marinha de 1908. Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Como se pode observar, o GIA era encarregado da identificação de todo o pessoal da MB, a fim de cumprir uma série de atividades relacionadas à carreira dos militares.

Para tanto, foram analisadas, preliminarmente, 500 fichas em dois Livros-Registros de oficiais. Cada livro possui 250 páginas, com a mesma quantidade para o número de identificações. Das unidades semânticas de cor presentes, foi possível construir os seguintes quadros:

Quadro 1 – Classificação de cor dos Oficiais da MB

LIVRO-REGISTRO nº 1		
ETNIA/RAÇA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Branca	234	93,6%
“Branco corado”	3	1,2%
“Branco moreno”	5	2%
Mestiça	2	0,8%
“Mestiço moreno”	2	0,8%
Morena	3	1,2%
“Parda clara”	1	0,4%
TOTAL	250	100%

Fonte: DPHDM, GIA, OF, L1, 1908.

Quadro 2 – Classificação de cor dos Oficiais da MB

LIVRO-REGISTRO nº 2		
ETNIA/RAÇA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Branca	209	83,6%
“Branco corado”	1	0,4%
“Branco moreno”	9	3,6%
Mestiça	7	2,8%
“Mestiço moreno”	2	0,8%
Morena	13	5,2%
Parda	6	2,4%
“Parda clara”	1	0,4%
Preta	2	0,8%
TOTAL	250	100%

Fonte: DPHDM, GIA, OF, L2, 1908.

A partir da análise dos quadros listados acima, evidencia-se que apenas 4,6% dos indivíduos identificados são classificados como “mestiços”, “mestiços morenos”, “pardos”, “pardos claros” e “pretos”. Assim, cabe ressaltar que os presentes registros perpassam um período que vai de 1908 até 1918, fator que

demonstra uma baixa representação das populações mestiças e negras no processo de inserção em instituições como a Armada Brasileira.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, percebe-se a influência das concepções teórico-raciais no modo como os indivíduos tinham sua “raça” definida no momento de sua identificação, haja vista todos os emblemas culturais que estruturavam o pensamento ideológico naquele período. Nesse sentido, concorda-se com a visão de Thomas E. Skidmore que, tratando sobre o pensamento racial após a abolição, assevera que dada a realidade multiétnica do Brasil, foi necessário articular esta condição racial com a rígida estratificação social no país, tendo em vista que:

A aplicação bem-sucedida desse sistema multirracial exigia que os brasileiros desenvolvessem uma intensa sensibilidade às categorias raciais e às nuances na maneira de aplicá-las. Isso tinha como resultado uma rede instável de linhas de cor, cujas marcas podem ser vistas no volumoso folclore brasileiro sobre o mulato “pernóstico” (SKIDMORE, 2012, p. 82).

Com base nestas informações pode-se apontar que, dentro da Marinha de Guerra Brasileira, havia uma concepção racial que era reflexo de um grande sistema social que preconizava os lugares sociais de cada grupo étnico, revelando o padrão de classificação de etnias como um microcosmo de uma sociedade racista, senhorial e articuladora de um processo de “branqueamento” da população ou da elite brasileira

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sílvia P. Capanema de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. In: **Revista Antíteses**, v. 3, n. esp. pp. 90-114, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 31 out. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
- MORAES, Roque. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, M. C.; FREITAS, José Vicente de. (Orgs.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí/RS: Unijuí, 2007. pp. 85-114.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.
- SKIDMORE, Thomas E.. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.